

REGULAMENTAÇÃO

Sem regras, mineradoras e nações indígenas seguem em conflito

Prospecção e lavra de potássio, fosfato ou outro minério em áreas demarcadas só com autorização e regulamentação da lei. Governo estuda dependência do exterior para propor solução viável

TEXTOS **LEDA ROSA**

Há 15 anos as mineradoras brasileiras esperam que o Congresso Nacional regulamente a pesquisa e extração em terras indígenas. O resultado da ausência da lei é um conflito acirrado entre mineradoras e nações indígenas como os ianomâmis, etnia claramente contrária a qualquer mineração em seus territórios em Roraima e Amazonas.

Enquanto o embate se desenrola, 90% do potássio e fosfato usados nos fertilizantes continuam sendo importados. Os maiores fornecedores de potássio para a indústria nacional são a Rússia (41%), Belarus (41%), Canadá (34%), Alemanha (12%) e Israel (12%). O fosfato vem do Marrocos (24%), Rússia (21%), China (21%), Israel (21%) e EUA (14%). Segundo o ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, a dependência do subsolo alheio em relação ao potássio e fosfato tem sido objeto da atenção do ministério, que está aprofundando o entendimento da situação para propor alternativas de solução.

Atualmente, a Vale Fertilizantes é a única empresa que realiza a mineração de ambos insumos no complexo mina/usina Taquari-Vassouras, em Sergipe, área livre de qualquer demarcação indígena. Antes de 1991, o depósito era explorado pela Petrobras/Petro-misa, que arrendou à Vale os direitos referentes à concessão da lavra. “Esta produção responde por algo entre 9% e 10% das necessidades do país”, diz Marcelo Ribeiro, diretor de Assuntos Minerários do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), entidade que reúne 187 associadas, entre mineradoras e empresas relacionadas, num conjunto que representa 85% da produção mineral brasileira.

Segundo Ribeiro, os prejuízos da lacuna na legislação são muitos. “Perdem os povos indígenas, que ficam frustrados sem a participação prevista na Constituição; a indústria da mineração, a agricultura, cuja previsão é de crescimento acelerado nos próximos anos e, por fim, o governo, que deixa de arrecadar impostos. Ficam todos no prejuízo.”

O Brasil é o quarto maior consumidor de fertilizantes do planeta — atrás da China, Índia e Estados Unidos. Em potássio é o maior comprador mundial, comprando volumes significativos de 6 milhões de toneladas em 2010; 3,4 milhões em 2009; 6,7 milhões em 2008, a mesma quantidade em 2007 e 5,4 milhões em 2006. Segundo dados do Ibram, as importações de potássio ultrapassaram US\$ 2 bilhões em 2009 e US\$ 2,2 bilhões em 2010. Em fosfato, as compras no exterior saltaram de US\$ 84 bilhões em 2009, para US\$ 135 bilhões em 2010.

Para inserir as mineradoras brasileiras neste mercado, seus representantes buscam acelerar a aprovação do Projeto de Lei 1610/96, do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR). “Há anos consegui-



Vista aérea de índios isolados no estado do Acre em expedição do governo

mos junto à presidência da Câmara a instalação de uma comissão especial para examinar este projeto do Jucá”, diz Ribeiro. “A comissão se reuniu mas não chegou a uma conclusão e terminou no ano passado. Nesta nova legislatura já houve um requerimento para a Câmara instalar uma nova comissão, que foi criada e não instalada.”

Enquanto isso, a mineração em terra indígena permanece congelada, diz Ribeiro, diretor do Ibram. Uma consequência direta do hiato legislativo é a incerteza sobre os recursos existentes. Sabe-se que há possibilidade de ocorrência de fosfato em terras indígenas, mas nada foi estudado com profundidade. “O congelamento paralisou até o conhecimento geológico pois desde 1998 não podemos pesquisar nas reservas. Houve posição por parte da Funai que não deixava sequer o Serviço Geológico Brasileiro entrar para mapear as áreas”

Recentemente, a direção do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) também se manifestou de maneira favorável à entrada das mineradoras nas terras demarcadas para as nações indígenas. Segundo executivos do órgão, seria necessário debater a exploração de minérios em áreas como o Estado de Roraima, que tem 87% do território reservado aos índios, seguido do Amazonas, com 33%, Pará que destina 24% de seu solo e Mato Grosso, com 20%. Pelas contas do governo, 13% do território nacional compõem reserva indígena.



“A mineração não vai trazer floresta, terra boa ou saúde para nosso povo. O que vamos ter é doença, violência e poluição”

Davi Kopenawa Ianomâmi
Chefe da etnia e interlocutor dos povos indígenas

Ianomâmi prometem lutar contra a extração

Se depender dos ianomâmi, os seus quase 10 milhões de hectares espalhados entre Roraima e Amazonas não abrigarão qualquer tipo de atividade mineradora. É o que diz Davi Kopenawa, chefe da etnia. “Nós vamos lutar para que as grandes máquinas não entrem e comam nossa terra e nossa floresta”, diz o líder de 30 mil índios, 16 mil em solo brasileiro e o restante em terras venezuelanas. “Já fui a Serra Pelada e vi os grandes buracos que fizeram. Em Minas Gerais, a mineração deixou a terra destruída, não tem mais peixe, rio, não tem nada”, diz Kopenawa, patá (chefe) ianomâmi, morador da aldeia do Demini (RR), perto da fronteira com a Venezuela. Premiado pela ONU, ele é interlocutor frequente de entidades ambientalistas e de direitos humanos na Europa e, no Brasil, uma das principais vozes dos povos indígenas. Mesmo sendo contra o projeto, o líder acredita na sua aprovação. “Eles vão conseguir aprovar e a mineração vai invadir a nossa terra demarcada e passar por cima da cabeça do meu povo. Mas nós vamos lutar”, avisa.